

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO**

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1999.**

Às dez horas do dia 09 de setembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores, Geraldo Cândido, Djalma Bessa, Gerson Camata, e Emília Fernandes, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Álvaro Dias, Amir Lando, Romeu Tuma e Artur da Távola. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente propõe que se comece a deliberação da Pauta pelo Item 04, o que é aceito por todos. **Item 04: Requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon** que, “Requer, nos termos dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater sobre a Rede Pública de Televisão (RPTV), no próximo dia 29 de setembro, tendo como expositores os Senhores Jorge da Cunha Lima, Presidente da TV Cultura de São Paulo e Mauro Garcia, Presidenta da TVE do Rio de Janeiro”, aprovado. **Item 05: Indicação dos Suplentes da Subcomissão**, aprovado. **Ficam adiados os Itens: 01, 02, 03 e 06.** A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, solicitando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**SENADOR PEDRO SIMON
PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E T.V.**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão de Rádio e TV.

O primeiro item da pauta refere-se a indicação de suplentes e logo após, no item 02, requerimento de minha autoria, propondo audiência pública com os Presidentes da TV Cultura de São Paulo e da TV do Rio de Janeiro.

A SRª EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, considero muito importante a indicação de suplentes, o que foi proposto por V. Exª e que estamos acatando. É importante que tenhamos um grupo mais amplo de pessoas comprometidas com essa questão e que o trabalho possa fluir mais rapidamente diante do acúmulo de trabalhos e atividades de todos os Parlamentares.

Com relação à segunda proposta de V. Ex^a sobre as TV's educativas, considero-a fundamental. Sabemos que, na grande discussão sobre o papel da mídia na vida das pessoas e das comunidades, no fortalecimento das culturas regionais e da história, no resgate de figuras ilustres de todos os setores da sociedade, como política, literatura e artes, há carência de espaço e visibilidade nas TV's com características econômicas. Assim sendo, tenho sido uma defensora intransigente da TV Cultura, porque temos encontrado, inclusive no Brasil, uma certa resistência, e temos dados para comprovar essa afirmação, até dos órgãos do Poder Executivo, do Ministério das Comunicações e até mesmo do Ministério da Educação, em relação a uma proposta clara no que se refere às TV's educativas.

É oportuno que, entre os representantes de outros Estados, pudessem vir a esta Comissão principalmente pessoas qualificadas dos dois Estados importantes onde as TVs educativa e culturais funcionam com muita qualidade, São Paulo e Rio de Janeiro, para dizer quais as dificuldades enfrentadas. Isso se faz necessário principalmente porque estamos diante de uma nova lei de comunicação de massa que precisa definir de forma clara e objetiva quais as prioridades do Governo em relação à TV Cultura, às TV's educativas. É um grande desafio se contrapor a esse outro tipo de comunicação, que é necessária, importante e irreversível, mas que sempre trabalha em uma direção mais massificante, eu diria até de achatamento cultural em relação ao que defendemos, principalmente com a visão de educadora, de professora, que temos.

Então gostaria de cumprimentar V. Ex^a e ressaltar que a presença dos dois representantes das TV's educativas aqui, da TV Cultura, é fundamental nesta Comissão para fazermos um parâmetro de importância e de valorização. É preciso sensibilizar os representantes das áreas específicas do Governo em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Muito obrigado.

A Senadora Emilia Fernandes se manifestou sobre a proposta de marcarmos uma reunião com os presidentes das TV's educativas de São Paulo e do Rio de Janeiro, Srs. Jorge da Cunha Lima e Mauro Garcia. Podemos considerar aprovado o requerimento.

Repito que estamos indicando os seguintes suplentes da subcomissão: pelo Bloco, os Senadores Antonio Carlos Valadares e Tião Viana; pelo PSDB, os Senadores Lúcio Alcântara e Álvaro Dias; pelo PFL, os Senadores Eduardo Siqueira Campos e Hugo Napoleão; e pelo PMDB, os Senadores Maguito Vilela, Agnelo Alves e Ramez Tebet.

Pergunto se o projeto da Comunicação de Massa já está na Câmara. (Pausa)

Ainda não?

A SR^a EMILIA FERNANDES - Acho que ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Ainda não chegou na Câmara.

A SR^a EMILIA FERNANDES - Mas está sendo discutido, o Governo vai...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A imprensa fala que já tem conhecimento da quinta versão do projeto do Governo.

Proponho que solicitemos a nossa assessoria que fizesse um levantamento de todos os projetos, tanto da Câmara como do Senado, que tratam de Radiodifusão. Creio que seria da maior importância e do maior significado que tivéssemos esses dados, para sabermos, de certa forma, qual é o espírito dominante dentro do Congresso Nacional.

Um outro levantamento que pedi à assessoria - ainda não o temos - é sobre a pesquisa que foi feita pela **TV Senado**. Vieram 1.700 respostas. Queremos mais ou menos a leitura dessas respostas para sabermos qual é o pensamento, o que eles responderam. Creio que para nós isso é muito importante.

V. Ex^{as} se lembram que esteve na Comissão o Dr. José Gregori, que é o Secretário dos Direitos Humanos? Ele chamou muito a atenção para o fato de que havia reunido as emissoras de televisão. Pediu para que cada uma fizesse uma proposta de uma espécie de legislação; um código de ética ou coisa que o valha. Ele dava um prazo. Esse prazo se esgotou ontem. Não sei o que aconteceu, qual foi o resultado. Mas creio que seria muito interessante se conversássemos com o Ministro José Gregori para saber o que ele recebeu e o que pretende fazer; qual é o próximo passo que ele vai dar. Se vai legislar, se vai apresentar, se vai mandar em forma de lei, seja lá o que for. Creio que é muito importante conversarmos com ele. Ele havia dado esse prazo, que se esgotou ontem. Penso que seria importante tomarmos conhecimento disso.

A Senadora Emilia Fernandes chamou a atenção - e S. Ex^a tem toda razão - para o fato de que deveríamos organizar uma programação, para não ficarmos muito na improvisação. Quer dizer, quais serão os próximos passos; quem é que vamos ouvir, o que vamos fazer. Isso é importante. A idéia que se tinha era fazer uma espécie de programação, um seminário. Um conjunto de pessoas debateria um tema com alguém que convidaríamos para participar. Pedi à assessoria, mas o que temos aqui ainda é muito singelo:

“Rádio, Televisão e Democracia. Painel 1: Programação, auto-regulamentação e liberdade de escolha. Painel 2: Produção local, regional e nacional. Painel 3: Propriedade e diversidade. Painel 4: Questão do acesso ao rádio e televisão.”

Não sei, sinceramente, se é por aqui que a gente começa. Ou se, nessas primeiras conversas, tínhamos que convocar representação de segmentos da sociedade. Eu, por exemplo, creio que é algo muito interessante. Quando estive na OAB participando de um seminário, fiquei impressionado com um grupo da ex-Deputada Marta Suplicy. Ela criou uma entidade não-governamental composta exatamente de pessoas que entendem do assunto: professores da Universidade de São Paulo, da Universidade de Campinas, críticos de televisão. É um grupo que está debatendo essa matéria com muita profundidade. A meu ver, seria interessante convidar essa equipe; a própria Marta Suplicy e o grupo. Há o presidente, há um professor que tem até uma obra publicada sobre essa matéria. Inclusive, ele mostra - a nossa secretária também tem um estudo a esse respeito - um estudo da maior importância - fiquei impressionado! - sobre os modelos de televisão na Inglaterra. Como funciona a televisão...

O SR. GERSON CAMATA - Muito boa a televisão na Inglaterra.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a EMILIA FERNANDES - Eu acho que na programação que a Assessoria da Subcomissão faria, apresentando palestras, ainda, mas pontuadas: por que aquelas pessoas? Entende? E as atividades entrariam como uma proposta do seminário e no conjunto viria a Subcomissão para nós, então, fazermos essa análise e essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Exatamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão para que nesses seminários, nessas palestras, nós ouvíssemos um segmento muito importante, que é o setor de rádio e TV comunitária.

O SR. GERSON CAMATA - Posso fazer um adendo?

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Pode.

O SR. GERSON CAMATA - V. Ex^a falou em programação local e acho que a primeira coisa é a Comissão sair daqui, ir lá no Ministro: “Ministro, cumpra a lei, comece a conceder os canais de rádio e televisão”, porque não estão fazendo coisa alguma. Acho que isso deveria ser assunto de Prefeitura e não de Governo Federal, que não faz. E o que está acontecendo? Os juízes estão dando rádios comunitárias às bateladas. Está na hora de acertar.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Senador, mas não é só isso. O problema não é que os juízes estão dando rádios comunitárias. O que está acontecendo é que, como não há regulamentação ou autorização do Ministério das Comunicações, as rádios estão sendo lacradas. A Anatel está indo com a Polícia Federal nas rádios comunitárias e estão apreendendo os equipamentos e processando as pessoas que operam as rádios. Então, é preciso que se acerte. Há uma associação nacional chamada Abraco que é a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias que, inclusive, está solicitando que seja convocada pela Comissão para falar sobre isto.

O SR. GERSON CAMATA - Chamamos o Pimenta da Veiga aqui. Por que não dar os canais? Vamos lá no Pimenta com eles. Ou convida para ele vir aqui.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - A sugestão é que se convidasse o Pimenta e representantes das rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Então, vamos, primeiro, convidar a Abraco.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Eu trago o nome do presidente da Associação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Convide-o para vir aqui. E podemos convidar, talvez, até na mesma reunião, o Pimenta da Veiga. Mas vamos convidar o Ministro para vir aqui, também.

O SR. GERSON CAMATA - Não, porque aí ele chega aqui, explica uma coisa, se falta alguma coisa. Vamos resolver! Tem três anos!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - É isso aí.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Vou, então, passar para a Secretaria o nome do Presidente da Associação Nacional, da Abraco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Então, a Abraco e o Ministro Pimenta.

Poderia alguém ficar encarregado, neste final de semana, para falar, então, com o Secretário, o José Gregório, para ver o que aconteceu. Ele tinha até ontem para apresentar a cada uma das emissoras de televisão um entendimento sobre o código de ética, para ver o que ele iria fazer. Venceu ontem e vamos ver qual é a idéia ou a proposta que ele tem para apresentar.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, eu sou muito favorável à auto-regulamentação pelo seguinte: em 1975, quando era Deputado, eu fiz um projeto de regulamentação da propaganda brasileira. Aí, fui procurado por publicitários de São Paulo, do Rio de Janeiro, etc., que me disseram: “Deputado, não coloque Governo nisso. Em todo país em que o Governo se mete nisso, gera-se um problema de retaliação, de controle da liberdade de informação. Deixe que nós iremos fazer o Código de Auto Regulamentação da Propaganda.” Foi feito e vejam que ele funciona. Qualquer coisa, nós ligamos, eles tem um comitê em São Paulo, dá uma queixa, eles verificam e dão multa. Já tiraram **outdoors** e propaganda de televisão do ar. Eles estão fiscalizando.

Há poucos dias, eu encontrei com um deles e disse: “Tem um erro, porque quando a propaganda é nacional, nós ligamos para vocês e é uma beleza, sentimos as suas ações. Mas quando é lá em Vitória, onde não há um comitê deles - acho que no Rio deve ter, em Porto Alegre não sei se tem -, se a propaganda é local eles não agem. A outra coisa em que eles não estão agindo é na propaganda de governo. O dinheiro que estão gastando esses prefeitos e vereadores! Câmara Municipal faz propaganda! Vi em um Estado outro dia um **outdoor** do Tribunal de Justiça, dizendo: “Confie no Tribunal de Justiça!”

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Na CPI, aquele presidente do Tribunal do Rio de Janeiro fazia propaganda de candidato.

O SR. GERSON CAMATA - Veja V. Ex^a: e propaganda mentirosa! Então, eles não podem entrar porque é área pública, embora saibam que aquela propaganda é uma mentira. Acredito que está na hora de uma lei para propaganda pública, porque eles não podem regulamentar. Se as emissoras de televisão conseguissem fazer - acho mais complicado, porque elas são balcões de negócio para ganhar dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A análise que V. Ex^a faz sobre propaganda pública é interessante, mas aqui, do lado de cá.

O SR. GERSON CAMATA - Temos que debater aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Não, digo do lado de cá, não é com as televisões; é o Governo fazer uma lei no sentido de como é que é a propaganda pública federal, estadual, municipal. Isso é interessante, é uma boa idéia. Acho que é por aí; é uma coisa mais nossa do que deles. É uma lei que temos que fazer para o Poder Público. É uma coisa interessante, muito interessante.

O SR. GERSON CAMATA - Veja V. Ex^a: não vou fazer uma crítica, mas o Estado do Espírito Santo arrecada, por mês, uma média de R\$98 milhões. No mês de dezembro do ano passado, o ex-Governador do Estado gastou R\$38 milhões em propaganda, portanto, mais de um terço do orçamento do Estado. Tem que haver um limite.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Pois é. Esta é uma boa idéia. Isso é coisa nossa, e não tem nada a ver com as estações de televisão.

O SR. GERSON CAMATA - Por exemplo, penso que nos três últimos meses de governo, o governador não pode mais fazer propaganda, porque o que ele tinha que fazer já o fez. Por que, então, fazer propaganda?.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Até porque há a propaganda gratuita.

O SR. GERSON CAMATA - Tem que haver uma regulamentação para isso! Quantos por cento do orçamento público pode ser gasto? Que tipo de propaganda ele pode fazer? A Assembléia Legislativa pode fazer propaganda? Eu nunca vi uma propaganda, dizendo: “Confie no Senado Federal”. No entanto, eles fazem propagandas das Assembléias Legislativas, das Câmaras Municipais, e caras. A melhor maneira de se mostrar trabalho à população é trabalhando! Então, se fizéssemos um painel - para isso vamos consultar pessoas que entendem disso mais do que nós - do qual resulte em um projeto regulamentando a propaganda pública, onde cada Estado tenha o seu comitê, que vai fiscalizar se a propaganda do governo é mentirosa ou não. À época, o meu projeto inclusive dizia que se o governador pagasse 15 minutos de propaganda, ele tinha que dar 5 minutos à Oposição para ela contestar a propaganda dele. Se o Governo Federal utilizasse 20 minutos nas televisões, a Oposição teria um terço daquele tempo para ela, paga pelo governo, para contestar a propaganda, para não ficar só ele falando.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Uma bela idéia! Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SR^a EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, acredito que essa questão das rádios comunitárias é fundamental também. A vinda do Ministro e dos representantes da associação seria importante.

Acredito que, em se tratando do Ministro, teremos que formalizar sua vinda por intermédio de um requerimento. Não sei se seria o caso de o Senador Geraldo Cândido fazer o requerimento, como proposta, e todos o assinássemos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O Senador Geraldo Cândido formula o requerimento de convite à entidade e V. Ex^a faz o requerimento convocando o Ministro.

A SR^a EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, seria o caso de convite, de convocação... isso tem que ficar regimentalmente definido.

O SR. GERSON CAMATA - Convocá-lo, ficaria parecendo tratar de uma CPI. Penso que deveríamos convidá-lo para debater o assunto das rádios comunitárias com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Então, V. Ex^a Senador Gerson Camata faz o requerimento a ser enviado ao Ministro e V. Ex^a Senador Geraldo Cândido faz o da entidade, os quais, entre nós, consideramos aprovados. Formule à Secretaria, mas já estão aprovados. A Secretaria coloca no papel o estudo, que considero da maior importância, apresentado pelo Senador no que tange à publicidade estatal - União, Estados e Municípios, Executivo, Legislativo e Judiciário - e, baseados nos dois convites, vamos discutir, então, a questão.

Reparem que, por intermédio dessas duas questões, já estamos entrando no meio do debate da televisão educativa e da televisão comunitária.

O SR. GERSON CAMATA - Há um outro assunto sobre o qual tenho projeto de lei pronto, mas se houver um seminário a respeito, aguardarei para apresentá-lo.

Quando vieram os deputados alemães à Comissão, no ano passado, falamos sobre o problema, não de censura, mas de regulamentação da **Internet**. Pesquisei o assunto para fazer a justificação do meu projeto. Há, por exemplo, um **site** que ensina como fazer uma bomba com soda cáustica, gasolina, caco de vidro e pregos, que, dependendo da concentração, dá para matar até 100 pessoas, deixando feridas, seguramente, mais de duas mil. Há outro que ensina como fazer incêndio retardado, afora outros de pornografia, etc.

Então, o Governo alemão - e não podemos duvidar de que a Alemanha, hoje, seja uma democracia - tem uma lei que permite a um promotor ou a um juiz, mediante representação de qualquer cidadão alemão, impor uma advertência ao fornecedor da **Internet** e encaminhar uma comunicação ao país de onde está vindo aquela emissão, caso aconteça, na Alemanha, qualquer problema envolvendo menor, que ensine a fazer bombas, ou outros que contrariem a lei alemã. Por exemplo: a lei alemã proíbe matar. Toda vez que essa proibição é violada, um juiz pode censurar o **site** mediante a representação de qualquer cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - V. Ex^a está falando sobre **Internet**?

O SR. GERSON CAMATA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Como ele faria isso?

O SR. GERSON CAMATA - Não sei como é feito, mas há meios técnicos para fazê-lo.

Conversei com um juiz aposentado que conhece muito bem a **Internet**, que preparou até uma lei para o Brasil. Segundo ele, dá para adaptar a lei alemã aos códigos brasileiros, criando uma lei que não representa nenhuma censura, apenas respeito à legislação já existente. Ele é juiz federal aposentado do Rio de Janeiro e é um "cobra" nessa área.

Creio que temos de começar a discutir esse assunto, porque crianças estão consultando a **Internet**. Eles ensinam como trabalhar com gasolina e soda cáustica, misturando, esquentando a soda cáustica, tirando não sei o quê e transformando num produto químico. Existem quadrinhos ensinando como colocar os cacos de vidro e os pregos para, quando explodir, aquilo funcionar como uma granada, para machucar. Eles ensinam tudo direitinho, inclusive onde encontrar aquele material. Quer dizer, se eu quiser, vou comprar tudo aquilo e construir uma bomba. Se a pessoa estiver com a cabeça ruim, vai fazer mesmo.

Então, não se trata de censurar, mas está na hora de sabermos como lidar com isso, afora outras coisas piores, como a pornografia infantil, que representa mais de 50 **sites**. Há muita coisa boa, mas existem coisas ruins também.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Queria fazer uma observação em relação ao que falou o Senador Gerson Camata. Já existem alguns comentários internacionais no sentido de se tentar questionar a própria **Internet**.

O SR. GERSON CAMATA - Isso é uma grande coisa.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - É uma forma de comunicação entre todo o globo terrestre, mas isso está começando a se descaracterizar pela forma como está sendo utilizada, passando a criar problemas. Já existem muitos questionamentos em relação à manutenção e permanência da **Internet** como meio de comunicação entre todos os países do mundo.

Quero, ainda, falar sobre a convocação do Ministro e dos representantes das Rádios Comunitárias. Precisamos fazer uma convocação que indique uma possível data, senão vamos aprovar...

O SR. GERSON CAMATA - Primeiro, aprovamos; depois, marcamos a data.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sim, mas teríamos que ter uma previsão, pois o Ministro deve ter uma agenda cheia. Com o pessoal das rádios e TV comunitárias é mais fácil, pois eles têm mais tempo disponível para isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - No momento não temos mais nenhum assunto a tratar.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h35min.)